
Análise dos resultados

Panorama geral

Em 2003, o Cadastro Central de Empresas - CEMPRE era integrado por 5,2 milhões de empresas e outras organizações ativas com inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, que representa o segmento formal da economia. Deste total, 90,2% eram empresas, 0,3% órgãos da administração pública e 9,5% entidades sem fins lucrativos.

Essas unidades ocupavam 35,674 milhões de pessoas, das quais 28,473 milhões, 79,8%, como assalariadas e 7,201 milhões, 20,2%, na condição de sócios ou proprietários do empreendimento. No ano de 2003, foram pagos aos assalariados R\$ 341 bilhões em salários e outras remunerações, correspondendo a um salário médio mensal de R\$ 920,69.

Do total de 28,473 milhões de pessoas assalariadas, em 2003, 19,054 milhões, ou 66,9%, trabalhavam em empresas, que pagaram R\$ 215,394 bilhões em salários e outras remunerações, ou seja, 63,2% do total de salários pagos.

Entre 1996³ e 2003, o total de pessoas assalariadas em empresas aumentou 28,3%, passando de 14,849 milhões para 19,054 milhões de pessoas. Este crescimento significou um aumento de 0,5 ponto percentual na participação relativa do pessoal assalariado em empresas, de 66,4% para 66,9%. Neste período, entretanto, ocorreu uma queda de 1,9 ponto percentual

³ O ano de 1996 foi o primeiro ano de divulgação da série das estatísticas do cadastro central de empresas.

na participação dos salários pagos pelas empresas, de 65,1% para 63,2%, em relação à participação relativa das demais unidades econômicas, com redução dos salários médios pagos pelas empresas.

Tabela 1 - Distribuição percentual do pessoal assalariado e de salários e outras remunerações, segundo natureza jurídica - Brasil - 1996/2003

Natureza jurídica	Pessoal assalariado				Salários e outras remunerações (1 000 R\$)			
	1996		2003		1996		2003	
	Total	Relativo (%)	Total	Relativo (%)	Total	Relativo (%)	Total	Relativo (%)
Total	22 347 136	100,0	28 472 834	100,0	175 329 028	100,0	340 789 684	100,0
Administração pública	5 863 226	26,2	7 184 312	25,2	49 289 432	28,1	99 561 110	29,2
Empresas	14 849 020	66,4	19 053 533	66,9	114 189 057	65,1	215 394 179	63,2
Entidades sem fins lucrativos	1 634 890	7,3	2 234 989	7,8	11 850 539	6,8	25 834 395	7,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2003.

A administração pública, por outro lado, apresentou redução na participação relativa no pessoal assalariado em 1,0 ponto percentual, de 26,2% para 25,2%, e aumento de 1,1 ponto percentual nos salários, de 28,1% para 29,2%, aumentando o salário médio. As entidades sem fins lucrativos aumentaram suas participações relativas, tanto em pessoal assalariado como em salários em 0,5 e 0,8 ponto percentual, respectivamente.

Ressalta-se que, para efeito de análise, as empresas foram divididas em duas categorias: empresas que funcionam somente com sócios e proprietários e empresas que também possuem empregados. Em 2003, as empresas que funcionavam somente com sócios e proprietários representavam 68,3% das empresas ativas no ano, enquanto as empresas que possuíam empregados correspondiam a 31,7%.

Como as **empresas com empregados** concentravam 66,9% do pessoal assalariado e 63,2% dos salários pagos em 2003, para efeito dos comentários, o foco se restringirá somente a essas unidades. As unidades econômicas com códigos de natureza jurídica de administração pública⁴ e de entidades sem fins lucrativos não são consideradas, tendo em vista que suas dinâmicas econômicas diferenciam-se das verificadas nas empresas.

Pessoal assalariado e salários pagos pelas empresas nos anos de 1996 e de 2003

Em 2003, do total de 4,7 milhões de empresas ativas no CEMPRE, apenas 1,5 milhão eram **empresas com empregados**, ou seja, 31,7%. Em 1996, eram 992 mil empresas, mas sua participação relativa era maior, 34,1% do total de 2,9 milhões de empresas ativas.

Segundo o número de empresas, o *Comércio*⁵ despontava como a principal atividade econômica, tanto em 1996 como em 2003, com praticamente metade das empresas nos dois anos, 48,4% e 52,2%, seguido das *Indústrias*

⁴ Administração pública, defesa e seguridade social contempla as unidades de administração direta, serviços prestados pela administração pública e pela seguridade social. As empresas públicas não estão inseridas neste conjunto, sendo consideradas dentro da atividade econômica onde concentra sua atividade econômica principal e na natureza jurídica de empresa.

⁵ Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis.

de transformação (16,8% e 14,9%) e das *Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas* (9,1% e 8,8%), respectivamente. Dentre todas as atividades econômicas, somente o *Comércio* aumentou sua participação relativa em número de empresas entre os dois anos analisados.

Em relação ao pessoal assalariado, as *Indústrias de transformação* destacaram-se como principal atividade econômica nos dois anos analisados, com cerca de um terço do pessoal assalariado, seguindo-se o *Comércio* e as *Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas*, conforme Tabela 2. Somente essas três atividades econômicas eram responsáveis por 64,9% do total de pessoal assalariado, em 1996, e 68,7%, em 2003.

As *Indústrias de transformação*, apesar de principal atividade empregadora, apresentaram a maior redução na participação relativa em pessoal assalariado entre os dois anos, -2,7 pontos percentuais, passando de 32,6% para 29,9%. As reduções ocorreram, principalmente, nas atividades de *Fabricação de produtos têxteis e Fabricação de combustíveis (coque, petróleo, produtos nucleares e álcool)*, -0,4 ponto percentual cada, e *Fabricação de veículos e Fabricação de produtos alimentícios*, -0,3 ponto percentual cada.

O *Comércio* era a segunda atividade econômica em pessoal assalariado e foi a atividade que apresentou o maior crescimento na participação relativa entre os dois anos, 3,9 pontos percentuais, passando de 21,9% para 25,8%. Este crescimento foi verificado principalmente no *comércio varejista*, que aumentou 3,3 pontos percentuais, passando de 14,1% para 17,4% do pessoal assalariado, destacadamente em *Comércio varejista de tecidos, Artigos de armarinho, vestuário, calçados; Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo; Comércio varejista não-especializado (hipermercados, supermercados, lojas de conveniência); e Comércio varejista de outros produtos (produtos farmacêuticos, material de construção, material para escritório, dentre outros)*.

A terceira principal atividade empregadora, *Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas*, também apresentou um crescimento significativo entre os dois anos, 2,6 pontos percentuais, passando de 10,4%, em 1996, para 13,0%, em 2003. Destacando-se o crescimento verificado em *Serviços prestados às empresas*, que passou de 8,5% para 10,9% do pessoal assalariado, em atividades como: *Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra; Atividades de imunização, higienização e de limpeza em prédios e em domicílios; e Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas*⁶.

Dentre as outras atividades econômicas, destaca-se a redução de 0,8 ponto percentual na atividade de *Construção*, que é a quinta mais importante em emprego, de 6,2% para 5,4% do total de pessoas assalariadas, particularmente em *Construção de edifícios e obras de engenharia civil*, que passou de 4,6% para 3,5% entre 1996 e 2003.

⁶ Este grupo contempla atividades fotográficas, atividades de envasamento e empacotamento, por conta de terceiros, serviços de secretaria, atividades de apoio operacional e empresas e/ou profissionais liberais, centros de serviços às empresas, dentre outras atividades.

Tabela 2 - Distribuição percentual do número de empresas, do pessoal assalariado e dos salários e outras remunerações, segundo seção da CNAE - 1996/2003

Seção da CNAE	Distribuição percentual (%)					
	Número de empresas		Pessoal assalariado		Salários e outras remunerações	
	1996	2003	1996	2003	1996	2003
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústrias de transformação	16,8	14,9	32,6	29,9	38,4	35,6
Comércio	48,4	52,2	21,9	25,8	13,8	16,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	9,1	8,8	10,4	13,0	8,2	11,4
Transporte, armazenagem e comunicações	3,7	4,2	8,1	7,8	8,9	9,1
Construção	3,8	2,8	6,2	5,4	4,8	6,3
Alojamento e alimentação	7,7	7,2	4,2	4,7	1,8	2,3
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	1,0	0,8	3,7	3,2	10,3	8,6
Saúde	3,0	3,0	2,6	2,3	1,8	1,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,9	2,8	2,6	2,2	2,2	1,9
Educação	2,2	2,1	2,5	2,2	2,0	1,7
Outras seções	1,4	1,2	5,2	3,5	7,8	5,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2003.

Em relação aos salários pagos, observa-se mais uma vez a importância das *Indústrias de transformação*, que, apesar de terem reduzido sua participação relativa entre 1996 e 2003 em 2,8 pontos percentuais, de 38,4% para 35,6%, mantiveram-se como principal atividade geradora de salários, pois concentravam mais de um terço do total de salários pagos nos dois anos analisados. Nas *Indústrias de transformação*, as atividades que apresentaram as maiores reduções nas participações relativas nos salários foram: *Fabricação de produtos alimentícios e bebidas* e *Fabricação de máquinas e equipamentos*, com -0,5 ponto percentual cada, e *Fabricação de produtos têxteis; Metalurgia básica; Fabricação de material eletrônico e de comunicações*, com -0,4 ponto percentual cada.

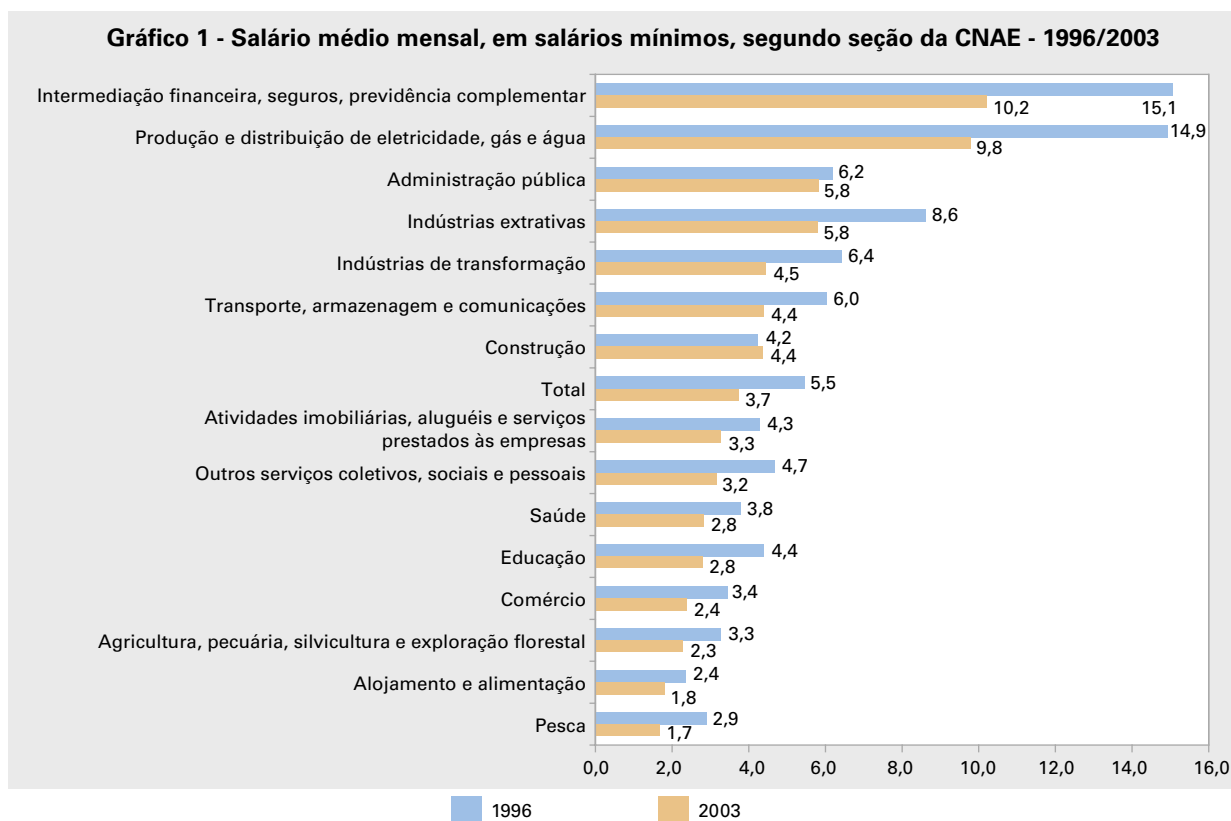
O *Comércio* se destacava como a segunda principal atividade em salários pagos, tendo aumentado sua participação em 2,6 pontos percentuais, de 13,8% para 16,4%, entre 1996 e 2003, principalmente no *Comércio varejista*, que aumentou de 7,4% para 9,3%, ou 1,9 ponto percentual, sua participação no total de salários pagos.

Apesar do aumento da participação do *Comércio* no total de salários pagos, observa-se que, em 2003, esta atividade econômica ainda representava menos da metade da participação das *Indústrias de transformação*. Além disso, os salários pagos na *Indústria* permaneceram em patamar mais elevado do que os pagos no *Comércio*, pois enquanto as *Indústrias de transformação* empregavam 29,9% do total das pessoas assalariadas e pagavam 35,6% dos salários, o *Comércio* empregava 25,8%, mas pagava somente 16,4% do total de salários.

Dentre todas as atividades econômicas, as *Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas* apresentaram o maior crescimento na participação relativa em salários pagos, 3,2 pontos percentuais, passando de 8,2% para 11,4%, entre os dois anos analisados, e representando em 2003 a terceira principal atividade em salários pagos, atrás somente das *Indústrias*

de transformação e do Comércio. Em 1996, era a quinta atividade em participação em salários pagos, tendo ultrapassado *Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados*, que era a terceira principal atividade em 1996, porém sua participação relativa foi reduzida em 1,7 ponto percentual, e *Transporte, armazenagem e comunicações*, que era a quarta principal atividade, mas aumentou somente 0,2 ponto percentual.

O salário médio mensal pago pelas empresas foi, em 1996, de R\$ 590,00 e, em 2003, de R\$ 859,00⁷, em termos nominais, e de R\$ 525,29 em termos reais⁸, que representa uma queda de 11,0%. Em números de salários mínimos, o salário médio mensal passou de 5,5 salários mínimos, em 1996⁹, para 3,7 salários mínimos, em 2003, conforme Gráfico 1.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2003.

Nota: Para efeito desses comentários, na seção administração pública estão englobadas somente as empresas públicas, não considerando órgãos da administração direta (ministérios, secretarias de estado, secretarias de município, governos estaduais, governos municipais, dentre outros).

A *Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados* pagou os maiores salários médios mensais, em termos reais, nos dois anos analisados, R\$ 1 627,00 e R\$ 1 438,00, seguido da *Produção e distribuição de eletricidade, gás e água* com R\$ 1 614,00 e R\$ 1 377,00. Tanto em 1996 como em 2003, os menores salários foram pagos pela *Pesca*, R\$ 313,00 e R\$ 235,00, respectivamente, e por *Alojamento e alimentação*, que pagou R\$ 254,00 em am-

⁷ Este valor diverge do apresentado no início desta análise, R\$ 920,69, porque estão sendo considerados somente os salários pagos aos empregados das empresas, não englobando os salários pagos pela administração pública e pelas entidades sem fins lucrativos.

⁸ Considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado de 63,53% no período.

⁹ O valor do salário mínimo médio, em 1996, foi de R\$ 108,00, e de R\$ 230,00, em 2003.

nos anos, entretanto a ordem foi invertida, com *Alojamento e alimentação* pagando os menores salários em 1996 e a *Pesca*, em 2003.

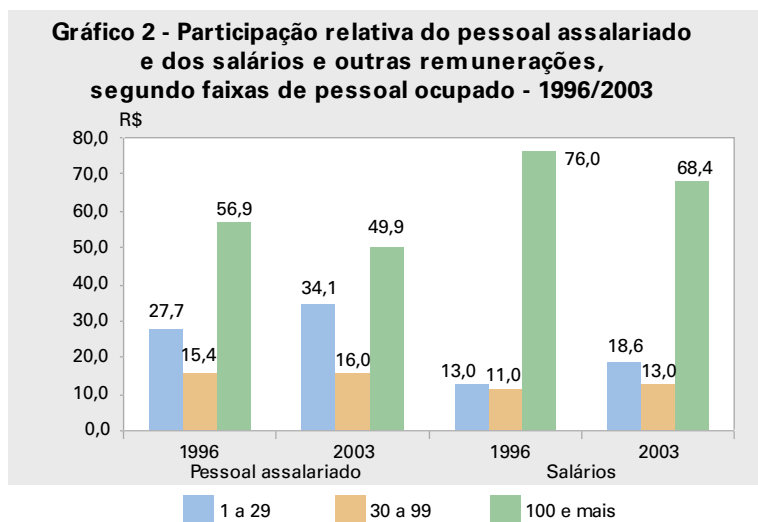
As *Indústrias de transformação*, que eram responsáveis pelas maiores participações no pessoal assalariado e nos salários pagos, eram a quarta atividade em valor do salário médio mensal em 1996, porém em 2003 caíram para quinta posição, com salários mensais médios de R\$ 695,00 e R\$ 626,00, respectivamente. O *Comércio*, que aumentou sua participação relativa em pessoal assalariado e em salários pagos nos dois anos, permaneceu como o décimo segundo salário médio mensal, na frente somente de *Pesca; Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal e Alojamento e alimentação*.

A diferença entre os maiores salários médios mensais e os menores é significativa, por atividade econômica, mas apresentou uma pequena redução entre os dois anos, passando de 6,4 vezes, em 1996, para 6,1 vezes, em 2003.

Em relação ao porte das empresas, o pessoal assalariado e a massa salarial eram fortemente concentrados em empresas com 100 ou mais pessoas ocupadas, as quais, em 2003, eram responsáveis por metade do emprego formal e 68,4% dos salários pagos pelas empresas.

Entretanto, os dados apontam para redução da participação do emprego nessas empresas entre 1996 e 2003, em contraposição ao aumento da participação das empresas com até 29 pessoas ocupadas. Entre os dois anos, a participação do emprego nas empresas com 100 ou mais pessoas ocupadas apresentou uma redução de 7,0 pontos percentuais, passando de 56,9% para 49,9% do total de pessoas assalariadas, enquanto nas empresas com até 29 pessoas ocupadas a participação relativa aumentou 6,4 pontos percentuais, de 27,7% para 34,1%. Como consequência deste movimento, o número médio de empregados nas empresas diminuiu de 15 para 13 pessoas entre 1996 e 2003.

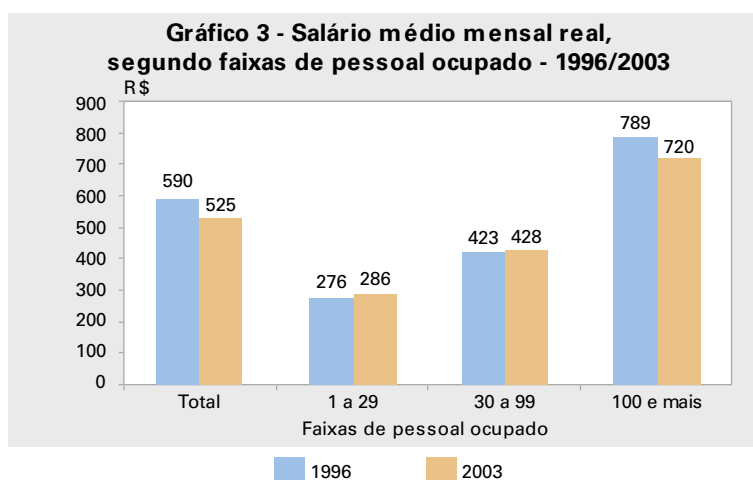
Em relação aos salários pagos, o aumento na participação das empresas com até 29 pessoas ocupadas foi menor do que o aumento verificado no emprego, 5,6 pontos percentuais, de 13,0% para 18,6%. A concentração da massa salarial nas empresas com 100 ou mais pessoas ocupadas manteve-se alta no período, apesar da queda de 7,6 pontos percentuais, passando de 76,0% para 68,4% do total de salários pagos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2003.

Houve, ainda, uma correlação entre os salários pagos e o porte da empresa, mas a diferença salarial apresentou uma pequena redução entre os dois anos analisados. As empresas com 100 ou mais pessoas ocupadas pagaram salários 2,85 vezes superiores aos pagos pelas empresas com até 29 pessoas ocupadas, em 1996, e 2,52 vezes, em 2003.

A redução de 11% no salário médio mensal de R\$ 590,00, em 1996, para R\$ 525,00, em 2003, ocorreu devido à redução dos salários mensais pagos pelas empresas com 100 ou mais pessoas ocupadas, principalmente em Produção e Distribuição de eletricidade, gás e água, -14,7%, e Intermediação Financeira, -12,4%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2003.

Nota: deflator IPCA = 65,53% (1996-2003)

Demografia de empresas

No período analisado, surgiram, em média, 620 mil novas empresas e foram extintas, em média, 427 mil, resultando em um saldo líquido positivo de 193 mil novas empresas.

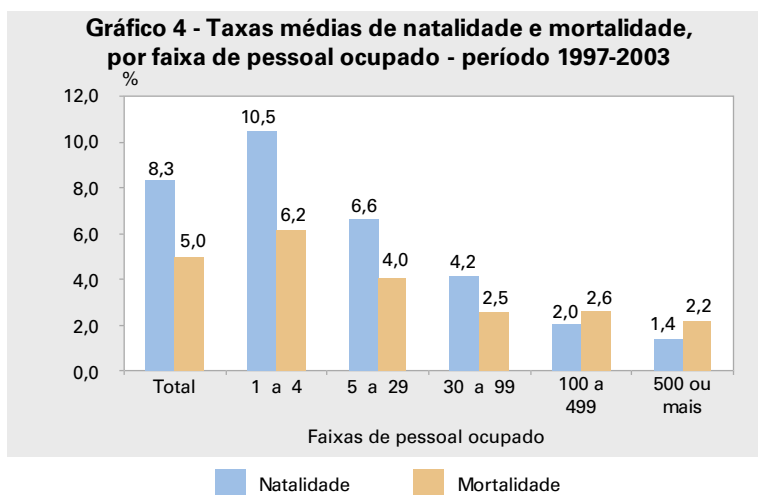
Considerando apenas as empresas com pessoal ocupado assalariado maior que zero, ou seja, só as empresas que tenham empregados, o número médio de nascimentos foi de 100 mil, enquanto o total de mortes foi de 58 mil.

Comparando-se a média de nascimentos e mortes, observamos que a taxa média de natalidade foi de 8,29%, enquanto a taxa média de mortalidade foi de 4,95%. O Gráfico 4, a seguir, apresenta as taxas médias de natalidade e mortalidade por faixa de pessoal ocupado.

Nas faixas com até 99 pessoas ocupadas, as taxas de natalidade são, em média, superiores às taxas de mortalidade, enquanto nas faixas com 100 ou mais pessoas ocupadas ocorreram, em média, mais mortes que nascimentos.

Do total das empresas novas com emprego assalariado, o *Comércio* foi o segmento econômico responsável pela criação e extinção da maior quantidade de empresas no período de 1997/2003. Surgiram, em média, no *Comércio*, 50 316 empresas (50,32% dos nascimentos) e foram extintas, em média, 27 647 (47,67% das mortes). Por outro lado, a *Indústria* foi o segmen-

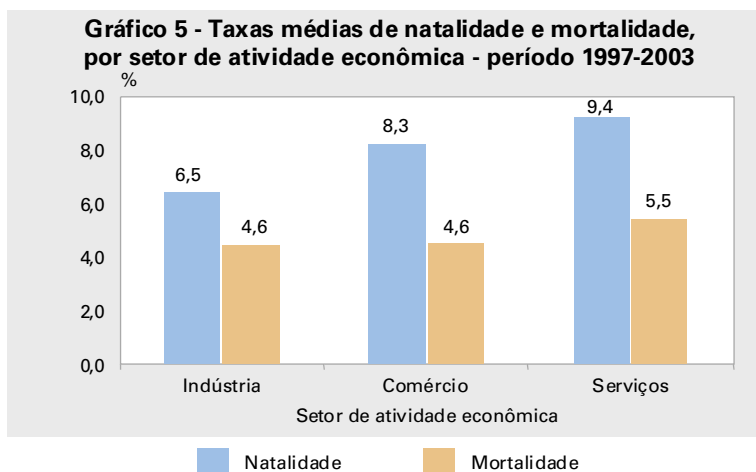
to onde ocorreram menos nascimentos (13 074, representando 13,07% das empresas novas) e 9 209 mortes (que corresponde a 15,88% das empresas extintas). Nos *Serviços* ocorreram 23 561 nascimentos (23,56% das empresas novas) e 13 973 mortes (24,09% das empresas extintas).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996-2003.

Analisando-se as taxas médias de natalidade e de mortalidade por segmento econômico, no período de 1997 a 2003, as taxas mais elevadas de natalidade e mortalidade ocorreram nos *Serviços* (9,36% e 5,51%, respectivamente). A *Indústria* apresentou as menores taxas, tanto de natalidade (6,52%) como de mortalidade (4,57%). Já o *Comércio* apresentou taxa média de natalidade de 8,32% e taxa média de mortalidade de 4,59%, conforme Gráfico 5, a seguir.

Apesar de em números absolutos o *Comércio* ser o responsável pelo maior número de nascimentos e mortes, quando são analisadas as taxas de natalidade e mortalidade (que levam em conta o quantitativo de empresas no ano imediatamente anterior) os *Serviços* apresentam os maiores valores.

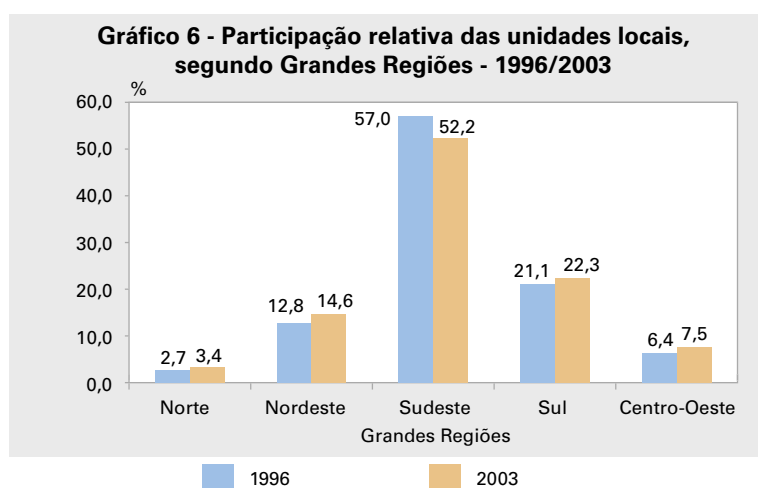


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996-2003.

Análise regional

O total de 1,5 milhão de empresas com empregados existentes no País, em 2003, possuía 1,7 milhão de unidades locais. Em 1996 eram 992 mil empresas com 1,2 milhão de unidades. A distribuição dessas unidades entre os dois anos permaneceu altamente concentrada na Região Sudeste, porém as demais regiões aumentaram suas participações relativas, tanto em número de unidades locais como em pessoal assalariado.

Em relação à distribuição das unidades locais, a Região Sudeste concentrava, em 2003, mais da metade das unidades locais, 52,2%, sendo que somente o Estado de São Paulo concentrava 29,1%, seguido de Minas Gerais com 12,2%. Em 1996, a participação relativa desta região era maior, 57,0%, mas foi reduzida em 4,8 pontos percentuais, como reflexo da redução da participação dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro em 3,2 pontos percentuais e em 1,9 ponto percentual, respectivamente. Os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo aumentaram suas participações relativas, mas em nível bem inferior aos decréscimos verificados nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, não compensando, portanto, a perda da região. Essa foi a única região que teve sua participação relativa em unidades locais reduzida.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996-2003.

A Região Sul concentrava 22,3% das unidades locais, em 2003, ou seja, menos da metade das unidades locais da Região Sudeste, enquanto a Região Nordeste concentrava 14,6%. As Regiões Centro-Oeste e Norte possuíam as menores participações relativas, 7,5% e 3,4%, respectivamente. Em relação a 1996, essas quatro regiões aumentaram suas participações relativas em unidades locais: a Região Nordeste aumentou em 1,8 ponto percentual; as Regiões Sul e Centro-Oeste, em 1,1 ponto percentual; e a Região Norte, em 0,7 ponto percentual.

A Região Nordeste foi a que apresentou o maior crescimento na participação relativa em número de unidades locais entre 1996 e 2003, 1,8 ponto percentual. Houve crescimento em todos os estados da região, destacadamente nos Estados da Bahia e do Ceará, com aumento de 0,7 ponto percentual e de 0,3 ponto percentual, respectivamente.

Na Região Sul, o Estado de Santa Catarina, que possuía a menor participação relativa na região, apresentou o maior crescimento relativo, 0,8 ponto percentual, passando de 5,2% para 6,0%, seguido do Estado do Paraná, que passou de 7,2% para 7,6%. O Estado do Rio Grande do Sul manteve praticamente inalterada sua participação relativa no período analisado.

Na Região Centro-Oeste, os três estados e o Distrito Federal aumentaram suas participações relativas, destacadamente os Estados de Goiás e de Mato Grosso, 0,6 ponto percentual e 0,4 ponto percentual, respectivamente; porém suas participações relativas ainda permaneceram em patamares extremamente baixos em 2003, 3,0% e 1,6%, respectivamente.

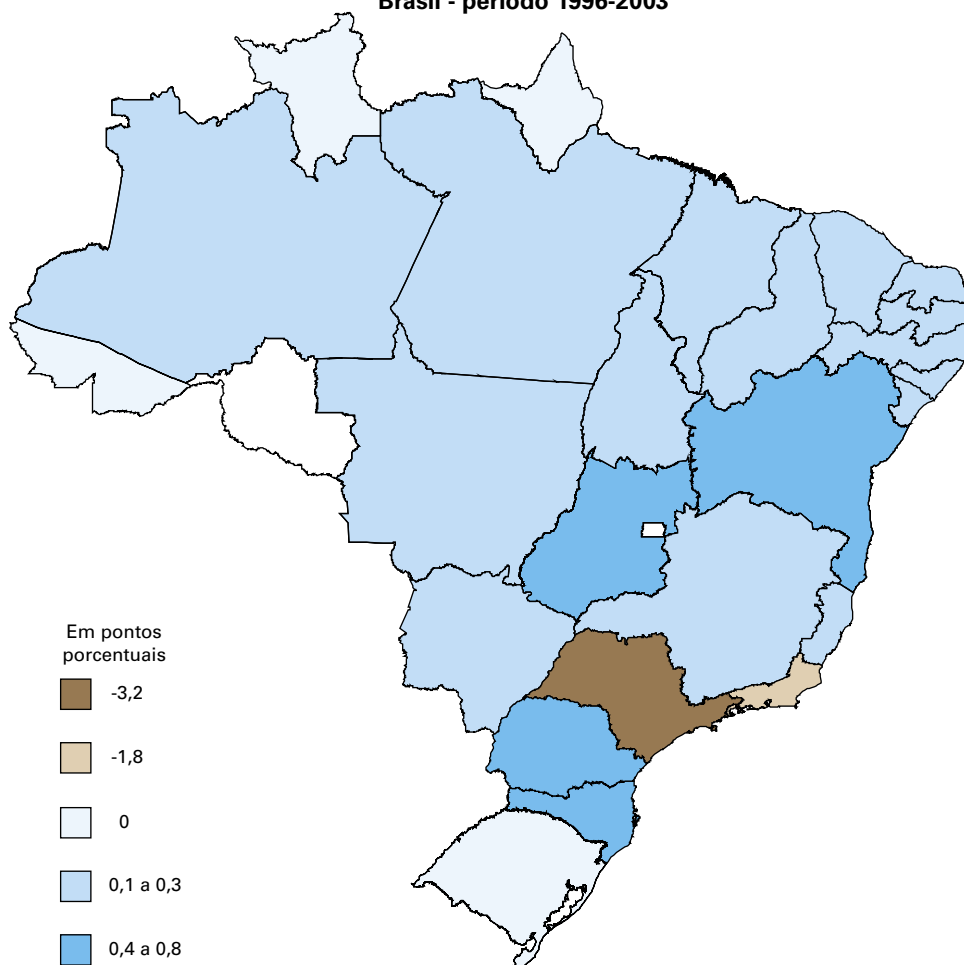
A Região Norte, que possuía a menor participação relativa nos dois anos analisados, apresentou aumento de participação em cinco dos sete estados, mas nenhuma foi significativa, oscilando entre 0,1 e 0,2 ponto percentual, e todos os estados apresentaram participações relativas abaixo de 1,5% das unidades locais.

Tabela 3 - Participação relativa das unidades locais e do pessoal assalariado, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1996/2003

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação relativa (%)			
	Unidades locais		Pessoal assalariado	
	1996	2003	1996	2003
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	2,7	3,4	2,9	3,7
Rondônia	0,4	0,6	0,3	0,5
Acre	0,1	0,2	0,1	0,1
Amazonas	0,5	0,6	0,8	1,0
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	1,1	1,3	1,3	1,6
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1
Tocantins	0,3	0,4	0,2	0,3
Nordeste	12,8	14,6	13,6	15,0
Maranhão	0,8	0,9	0,8	0,9
Piauí	0,6	0,7	0,5	0,6
Ceará	2,0	2,3	2,2	2,6
Rio Grande do Norte	0,8	1,1	0,9	1,1
Paraíba	0,9	1,0	0,9	0,9
Pernambuco	2,6	2,7	3,3	3,1
Alagoas	0,6	0,7	1,0	1,0
Sergipe	0,6	0,6	0,6	0,7
Bahia	3,9	4,6	3,5	4,2
Sudeste	57,0	52,2	60,5	57,0
Minas Gerais	12,0	12,2	10,3	10,6
Espírito Santos	2,1	2,2	1,8	2,0
Rio de Janeiro	10,6	8,7	11,9	10,6
São Paulo	32,3	29,1	36,5	33,7
Sul	21,1	22,3	17,8	17,9
Paraná	7,2	7,6	5,2	5,6
Santa Catarina	5,2	6,0	3,9	4,6
Rio Grande do Sul	8,8	8,7	8,7	7,7
Centro-Oeste	6,4	7,5	5,1	6,4
Mato Grosso do Sul	1,2	1,3	0,8	1,0
Mato Grosso	1,2	1,6	0,9	1,3
Goiás	2,4	3,0	1,7	2,1
Distrito Federal	1,5	1,7	1,7	2,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2003.

Mapa 1 - Diferença na participação relativa em unidades locais, por Unidades da Federação Brasil - período 1996-2003



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2003.

Em relação à distribuição regional do pessoal assalariado, somente a Região Sudeste concentrava 60,5%, em 1996 e 57,0%, em 2003, ou seja, apresentou uma redução de 3,5 pontos percentuais. Esta redução da participação da região reflete a redução da participação relativa dos Estados de São Paulo, de 36,5% para 33,7%, e do Rio de Janeiro, de 11,9% para 10,6%, no emprego formal no País. Minas Gerais e Espírito Santo aumentaram suas participações relativas, assim como em número de unidades locais, mas não o suficiente para reverter a queda nos dois outros estados da região. Em 2003, com a queda na participação do Rio de Janeiro e o aumento de Minas Gerais, em relação a 1996, os dois estados possuíam a mesma participação relativa, 10,6% no emprego formal em empresas no País.

Em São Paulo ocorreu redução na participação relativa no emprego nas atividades de *Construção, Transporte terrestre, Fabricação de produtos têxteis, Fabricação de produtos alimentícios, Fabricação de máquinas e equipamentos e Fabricação e montagem de veículos automotores*, dentre outras ligadas principalmente às atividades industriais.

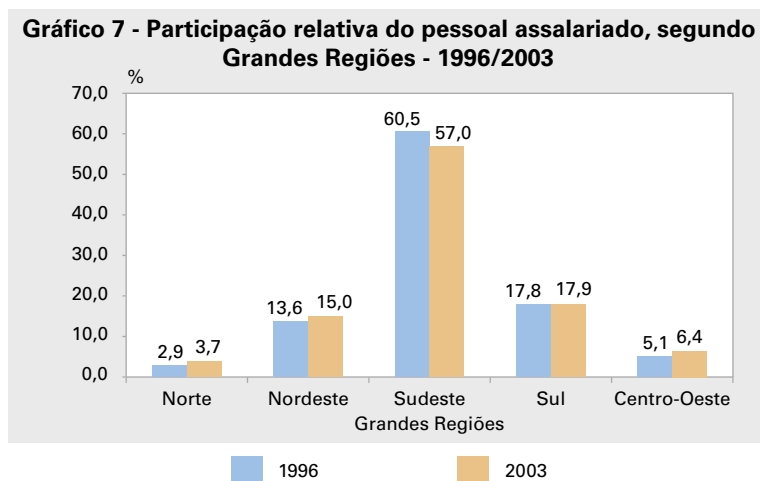
No Rio de Janeiro, a redução ocorreu, principalmente, nas atividades de *Fabricação de produtos alimentícios, Construção, Transporte terrestre e Confecção de artigos do vestuário e acessórios*. Vale destacar que as ativid-

des de *Comércio varejista e Serviços prestados às empresas* apresentaram crescimento nas participações relativas nos dois estados.

A redução na participação da Região Sudeste foi compensada pelo aumento do pessoal assalariado nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, com mais 1,4 ponto percentual e 1,3 ponto percentual, respectivamente. Na Região Nordeste, seis dos nove estados aumentaram suas participações, dos quais Bahia e Ceará foram os que mais cresceram, 0,7 ponto percentual e 0,4 ponto percentual, respectivamente. O Estado de Pernambuco foi o único que apresentou decréscimo, 0,2 ponto percentual.

Na Bahia, destaca-se o crescimento em *Serviços prestados às empresas, Preparação e Fabricação de produtos de couro, Comércio varejista e Fabricação e montagem de veículos automotores*. No Ceará, o saldo foi positivo porque ocorreram crescimentos em atividades de *Fabricação de produtos de couro e Serviços prestados às empresas*, enquanto em *Fabricação de produtos alimentícios, Construção e Fabricação de produtos têxteis* ocorreram reduções significativas na participação relativa no emprego.

Na Região Centro-Oeste, os três estados e o Distrito Federal aumentaram suas participações relativas, destacando-se o crescimento em Mato Grosso, 0,4 ponto percentual, em atividades como *Comércio varejista, Serviços prestados às empresas e Fabricação de produtos alimentícios*. Ressalva-se, porém, que apesar dos crescimentos verificados, os pesos relativos desses estados ainda permanecem em patamares muito baixos, em comparação com Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A Região Norte cresceu 0,8 ponto percentual, com aumento das participações dos Estados do Pará, Amazonas e Rondônia.

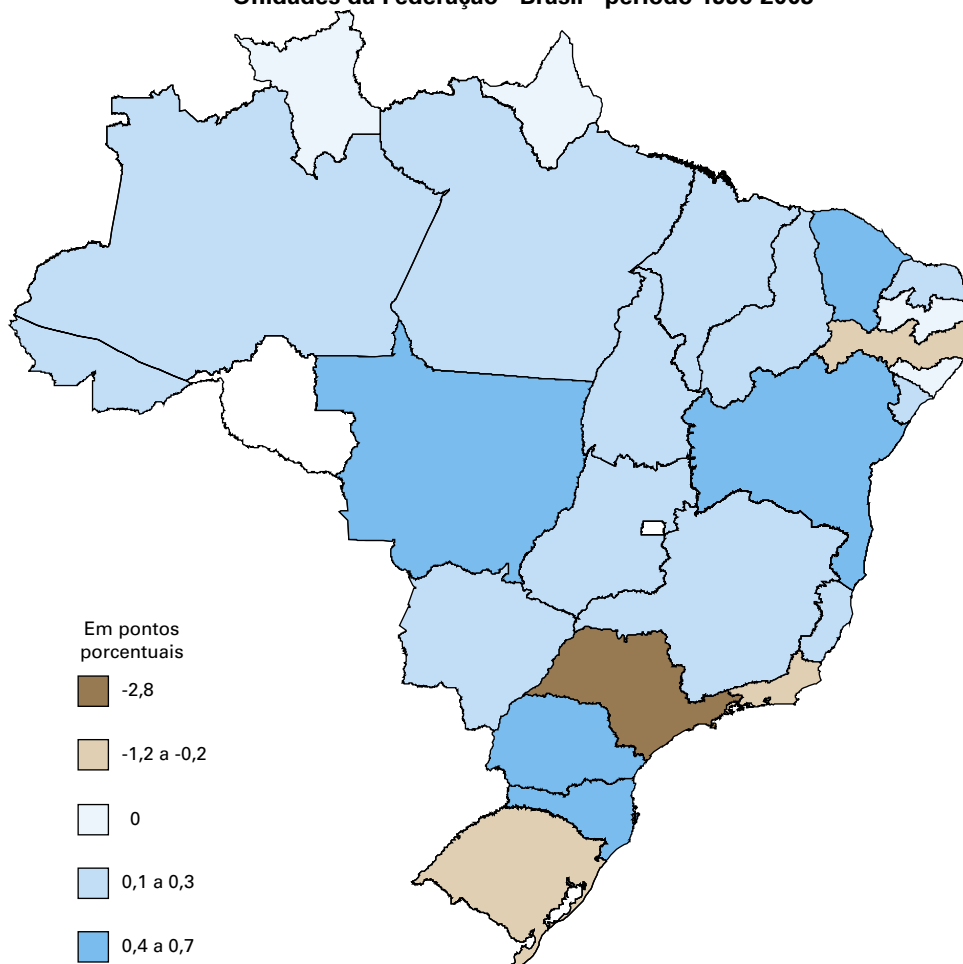


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996-2003.

A Região Sul, que era a segunda principal região em participação no pessoal assalariado, atrás somente da Região Sudeste, manteve praticamente inalterada sua participação nos dois anos analisados, porque, enquanto os Estados de Santa Catarina e Paraná aumentaram suas participações relativas em 0,7 ponto percentual e 0,4 ponto percentual, respectivamente, o Estado do Rio Grande do Sul reduziu em 1,0 ponto percentual, compensando o aumento dos demais.

Em Santa Catarina, foram verificados acréscimos em *Serviços prestados às empresas, Comércio varejista e Alojamento e alimentação*, e no Paraná foram observados acréscimos em *Comércio varejista, Confecção de artigos do vestuário e acessórios, Serviços prestados às empresas e Fabricação e montagem de veículos automotores*.

Mapa 2 - Diferença na participação relativa em pessoal assalariado, por Unidades da Federação - Brasil - período 1996-2003



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2003.

Em suma, cerca de um terço das 4,7 milhões de empresas brasileiras, em 2003, possuíam empregados, sendo responsáveis por dois terços do total de empregados em atividades formais e mais de 60% da massa salarial. Metade dessas empresas se concentravam na atividade comercial, 15% nas *Indústrias de transformação* e quase um terço em atividades ligadas aos *serviços*.

As *Indústrias de transformação* eram a principal atividade empregadora com 29,9% do pessoal assalariado total e pagavam a maior parcela dos salários, 35,8%. O *Comércio*, apesar de possuir o maior número de empresas, era responsável por um quarto do emprego. Dentre as atividades ligadas aos serviços, as *Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas* respondiam por pouco mais de 10% do total de emprego.

Em termos de massa salarial, somente as *Indústrias de transformação* pagaram mais de um terço dos salários, em 2003, enquanto o *Comércio* pagava somente 16,4%.

O salário médio mensal era de R\$ 859,00 em termos nominais, correspondendo a 3,7 salários mínimos. Os maiores salários eram pagos pela *Intermediação financeira*, enquanto os menores eram pagos pelas atividades de *Pesca e Alojamento e Alimentação*. As *Indústrias de transformação* pagavam o quinto maior salário médio, em 2003, enquanto o comércio apresentava um dos menores salários mensais médios na frente somente das atividades de *Agricultura, de Alojamento e Alimentação e Pesca*.

Em relação ao porte das empresas, as empresas com 100 ou mais empregados pagavam salários 2,5 vezes superiores aos pagos pelas empresas com até 29 empregados.

Em relação a 1996, observou-se um acréscimo da participação relativa do *Comércio* e das *Atividades Imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas* na participação relativa no número de empresas, no pessoal assalariado e nos salários pagos, enquanto as *Indústrias de transformação* reduziram sua participação relativas em todas as variáveis. O salário médio mensal reduziu de R\$ 590,00, em 1996, para R\$ 525,29, em 2003, em termos reais.

Houve redução de 7,0 pontos percentuais na participação do emprego nas empresas com 100 ou mais pessoas ocupadas, que passou de 56,9% para 49,9% do total de pessoas assalariadas, em contraposição ao aumento de 6,4 pontos percentuais na participação das empresas com até 29 pessoas ocupadas, passando de 27,7% para 34,1%.

Em termos regionais, a Região Sudeste concentrava mais da metade das 1,7 milhão de unidades locais de empresas com empregados e 57,0% do emprego. Somente o Estado de São Paulo era responsável por 29,1% das unidades locais e 33,7% do emprego formal.

Em relação a 1996, observa-se uma redução da participação relativa de emprego nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que os Estados do Paraná e Santa Catarina, na Região Sul; Bahia e Ceará, na Região Nordeste; e Mato Grosso, na Região Centro-Oeste, aumentaram, apesar de permanecerem em patamares relativamente baixos.